

Partido dos Trabalhadores aprova mobilização por DIRETAS JÁ

02/09/2016



RESOLUÇÃO POLÍTICA SOBRE O GOLPE

E A OPOSIÇÃO AO GOVERNO USURPADOR

1. A decisão adotada pela maioria do [Senado Federal](#), de afastar ilegalmente, em caráter permanente, a presidenta [Dilma Rousseff](#), violou a Constituição e provocou a ruptura do regime democrático.
2. O processo de [impeachment](#), sem crime de responsabilidade, mesmo disfarçado por ritos institucionais, tem nome: [golpe](#) de Estado. A conspiração parlamentar impõe-se sobre o resultado democrático das urnas e um grupo de senadores, muitos dos quais investigados por [corrupção](#), surrupiam os votos de 54,5 milhões de brasileiros e brasileiras.
3. Esta foi a saída encontrada pelos setores hegemônicos do capitalismo brasileiro para interromper e reverter o processo de mudanças iniciado em 2003, com o qual conviveram enquanto a expansão de mercados e do investimento público compensaram o aumento dos salários, a reorientação dos fundos orçamentários para a inclusão social e a elevação da classe trabalhadora a novos padrões de vida.
4. A desaceleração da [economia](#), a partir de 2011, serviu como pano de fundo para o reagrupamento das oligarquias empresariais e financeiras ao redor de um programa que ampliase sua margem de lucros através da compressão de conquistas trabalhistas, do crescimento da renda financeira, de novas privatizações, de concessões maiores aos centros imperialistas.
5. Esta agenda ultraliberal pressupunha a derrubada da presidenta [Dilma Rousseff](#), pois somente seria viável sem o crivo do voto popular. O que interessa ao grande capital é impor uma contrarreforma capaz de demolir o sistema de bem-estar em construção pelas administrações petistas.
6. As medidas tramadas pelos usurpadores desvelam a natureza de classe do golpe, entre as quais se destacam: eliminação de direitos trabalhistas; reforma regressiva da Previdência Social; desvinculação do salário-mínimo do reajuste dos benefícios previdenciários; liberação da venda de terras para estrangeiros; privatização de estatais e do patrimônio público — Petrobrás à frente—; esvaziamento do Sistema Único de [Saúde](#) e corte dos programas sociais.
7. O mais emblemático dos retrocessos patrocinados pelo golpismo é a PEC do Estado Mínimo, a 241/2016, que congela por vinte anos os investimentos em [educação](#) e saúde, quebrando a espinha dorsal da

Constituição de 1988. Trata-se de reversão geral das prioridades orçamentárias, que passam a estar completamente determinadas pelo pagamento dos juros extorsivos da dívida interna, principal instrumento de concentração de renda do país.

8. O governo usurpador também se associa, como sócio menor, à reorganização da hegemonia norte-americana na América Latina. Sua consolidação integra a ofensiva conservadora na região, cuja lógica é a recuperação de território econômico, político e ideológico pelo principal país imperialista, os Estados Unidos. O fim do regime de partilha e a entrega do [Pré-Sal](#) às petroleiras do exterior, que precisamos combater com afinco, é prova cabal da política de rapina patrocinada pelos entreguistas do [governo golpista](#).

9. O abandono da política externa independente, ativa e ativa, favorece o enfraquecimento da integração regional e de suas instituições. A política de alinhamento automático também concorre para fragilizar os [BRICs](#), facilitando os novos tratados de desregulamentação comercial e financeira, como o Tratado de Serviços (TISA), o Tratado Transpacífico (TTP) e o Tratado Transatlântico (TTIPS), que fundamentam a estratégia de retomada da acumulação capitalista em escala global.

10. A via antidemocrática, contudo, não se limita à forma como os usurpadores lograram chegar ao comando do Estado. A aplicação de seu programa, bem como a reconstrução da direção conservadora sobre as instituições e a sociedade, tende a promover uma escalada repressiva contra os partidos de esquerda, os movimentos populares e as [manifestações de protesto](#). Os fatos que vêm se sucedendo nas primeiras 24 horas depois da votação do impeachment, com violenta ação policial em diversas cidades – em especial os graves fatos ocorridos em São Paulo, revelam o caráter repressivo e autoritário que visa a instalar o medo e o terror como método dos usurpadores. O PT repudia a edição de decreto pelo governo ilegítimo que, a pretexto de garantir a passagem da tocha paralímpica, convoca a participação das Forças Armadas para impedir a manifestação popular contra o golpe, domingo na Av. Paulista, em São Paulo.

11. A violência do Estado igualmente inclui a sistemática perseguição do PT e de suas principais lideranças, especialmente o ex-presidente [Lula](#), por setores do aparato judiciário e policial, que transformaram a [Operação Lava Jato](#) em um dos aríetes do movimento golpista, através da apropriação do justo [combate à corrupção](#) como biombo para a supressão de garantias fundamentais e para uma cruzada contra o principal partido de esquerda. Vários de seus protagonistas, reivindicam publicamente a extinção do PT e a interdição política e eleitoral do maior líder popular do país.

12. Setores do Ministério Público Federal e da magistratura, com apoio da mídia monopolizada, milita incansavelmente por uma reconfiguração constitucional que elimine garantias democráticas, operando um arcabouço de estado de exceção no interior do estado democrático de direito. Pregam abertamente que se aceitem provas mesmo que obtidas ilegalmente. Esta, entre outras providências, pode amputar o devido processo legal e conceder ainda maior autonomia ao sistema repressivo, na lógica de um Estado policial que sirva como cerceador da vida política e da luta de classes.

13. Fica evidente, pois, que o golpe em curso, para além de manobra parlamentar ou institucional destinada a derrubar o governo constitucional da presidente Dilma Rousseff, é uma alternativa estratégica do grande capital. A coalizão patrocinada pelas oligarquias financeiras, industriais, agrárias e midiáticas, representada pelos partidos golpistas, tem obtido sucesso até o momento em forjar maioria nas camadas médias e arrastar as forças de centro para um projeto que interdita o campo popular e estreita fortemente as fronteiras democráticas demarcadas na luta contra a ditadura.

14. A postura do Partidos dos Trabalhadores, diante desse cenário, não poderá ser outra que não aquela enunciada pela companheira Dilma, quando anunciou “a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.” Nosso objetivo central é colocar fim ao governo do usurpador [Michel Temer](#) e conquistar o direito do povo eleger, direta e imediatamente, um novo presidente da República.

15. Se antes havia divergências sobre a proposta de antecipação de eleições presidenciais, agora a situação é outra, pois o Estado tem à frente um governo usurpador, ilegítimo, sem votos, com um programa antipopular

e antinacional. A recuperação da legalidade e o restabelecimento da [democracia](#), nessas condições, somente se efetivarão quando as urnas voltarem a se pronunciar e o povo decidir os caminhos da Nação. O que exige construir uma ação conjunta e iniciativas práticas com partidos e entidades populares, capazes de mobilizar e dar efetividade a este objetivo rumo à normalização democrática, como a DIRETAS JÁ.

16. A resistência contra o golpe também passa pela defesa intransigente dos direitos e conquistas sociais, unificando ações parlamentares com a mobilização social em aliança prática para barrar as medidas antipopulares do governo usurpador, ocupando as ruas e as instituições do país contra o retrocesso.

17. A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, nestas circunstâncias, convoca sua [militância](#) para, junto ao movimento sindical, contribuir e participar da resistência às medidas neoliberais de retirada de direitos, materializadas nas reformas previdenciária e trabalhista, além da PEC do Estado Mínimo. A mobilização da classe trabalhadora por sua pauta é parte integrante e fundamental do movimento contra o governo usurpador e por novas eleições presidenciais. Nesse sentido, convocamos companheiros e companheiras a engrossarem as manifestações do 7 de setembro, o Grito dos Excluídos, em defesa dos direitos sociais e da soberania nacional.

18. Também conclamamos todos (as) os (as) petistas a continuarem a reforçar a [Frente Brasil Popular](#), como o principal espaço de unidade e organização da resistência ao golpe, impulsionando também nessa direção as organizações nas quais atuam. Devemos nos empenhar pela construção da FBP nos estados e cidades, sempre trabalhando pela unidade com as demais correntes do campo progressista, particularmente aquelas que se inscrevem na [Frente Povo sem Medo](#). Nosso esforço deve ser pela unificação das palavras de ordem e agendas de mobilização, ampliando o caráter de massa dos protestos e das ações contra o governo usurpador.

19. As bancadas parlamentares do PT estão orientadas a enfrentar a agenda do golpismo, com todos os recursos e possibilidades disponíveis, agindo para dividir a base usurpadora sempre que for possível derrotar os projetos palacianos. A batalha imediata mais importante é pela recusa da PEC do Estado Mínimo, bem como da PLP 257. Nossas bancadas devem atuar de forma ampla, mas implacável, nessa e em outras batalhas, contra o governo usurpador.

20. A Comissão Executiva Nacional conclama os (as) deputados (as) federais petistas para entrarem em acordo com as demais bancadas democráticas a fim de exigirem, já no dia 12 de setembro, a cassação do mandato do corrupto [Eduardo Cunha](#).

21. O Partido dos Trabalhadores orienta todos seus candidatos e candidatas nas eleições municipais a defenderem o legado de nossos governos, a denunciar o governo usurpador, a mobilizarem os eleitores na luta contra o golpismo, Naturalmente, sem descuidar da busca do voto que possa nos assegurar governos locais e presença forte nas câmaras de vereadores.

22. A Comissão Executiva Nacional conclama os petistas e demais democratas a prestarem solidariedade ativa ao ex-presidente Lula e demais lideranças de nosso partido injustamente atingidas pela Operação Lava Jato. É preciso rechaçar mais amplamente, aqui e no Exterior, as ilegalidades e arbitrariedades perpetradas pelas forças reacionárias, empenhadas numa abjeta cruzada político-ideológica.

23. O Partido dos Trabalhadores renova sua admiração, solidariedade e respeito à presidenta Dilma Rousseff, cujo combate intrépido pela democracia já está inscrita na história brasileira. Sua coragem serve de inspiração para todos os homens e mulheres comprometidos na luta contra o golpe.

24. O Partido dos Trabalhadores saúda nossos senadores e senadoras e seus colegas de diferentes partidos que desmascaram os golpistas em plenário, pronunciando-se em defesa do mandato da companheira Dilma e da democracia. Rende homenagens também a todos os movimentos populares e partidos progressistas — em particular ao Partido Comunista do Brasil, nosso aliado histórico — pela incansável mobilização contra o impeachment.

Em homenagem aos que dedicaram a vida à democracia, que ocuparam as ruas por eleições diretas, resistiremos!

Em defesa dos milhares que ascenderam socialmente com as políticas instituídas pelos governos Lula e Dilma, combateremos!

Lado a lado com os que sonham por um país justo, livre, democrático e soberano, historicamente negado pelas elites, lutaremos!

[Fora Temer!](#)

Nenhum direito a menos!

Diretas Já!

Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores

São Paulo, 2 de setembro de 2016